

Hoje, Reservas Indígenas.

Amanhã, Reservas Camponesas?\*

JEAN HÉBETTE

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
Universidade Federal do Pará

RESUMO : Esse estudo busca descrever o difícil caminho deixado ao campesinato numa área de fronteira do Sudeste do Pará onde se encontram e confrontam comunidades indígenas, grupos camponeses, latifundiários e empresas multinacionais ligadas ao Grande Carajás. Por trás de uma representação ideológica recorrente da Amazônia como região de recursos abundantes num vazio demográfico, procura-se distinguir as formas diferentes de apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho que caracterizam as diversas categorias de agentes. Não são apenas formas diferentes mas também antagônicas. Sob a pressão conjunta do latifúndio e do capital financeiro-industrial, torna-se muito problemática a estabilização do campesinato naquela área de fronteira.

## Introdução

Em um trabalho publicado uns dez anos atrás sobre a região de Marabá, Otávio Velho (1972:143), comparando o povoado de São Domingos, próximo à Transamazônica, com a faixa da rodovia PA 70 (hoje BR 222), os apresentava como "exemplos de dois tempos diferentes" na transformação dessa região de fronteira. Mencionava ainda a emergência, em estado embrionário, de um terceiro "tempo", autônomo em relação aos anteriores. Referia-se ao projeto hoje conhecido como Grande Carajás. Refletindo sobre o futuro do campesinato e aludindo à possível "estabilização relativa de um setor camponês subordinado ao desenvolvimento capitalista principal", concluía seu livro escrevendo: "os próximos anos mostrarão o caminho que será seguido, e quais os desdobramentos possíveis." (Velho, 1972:170)

Passados esses dez anos, temos hoje elementos para identificar o caminho percorrido, embora continue árduo discernir os prováveis desdobramentos. Alguns desses elementos foram levantados em fase recém-concluída de uma pesquisa sobre o Vale do Tocantins (Hébette et alii, 1983), em que se estudou a área compreendida entre as rodovias Belém-Brasília, BR 222, PA 150 e o traçado da rodovia não concluída PA 263.

Essa região a leste do Vale do Tocantins apresenta a particularidade de ser o teatro do encontro e, por via de consequência, do confronto de uma fronteira agropecuária em expansão com o que chamaria uma "frente industrial". A primeira, aberta nos anos sessenta, tem-se expandido, basicamente, sob a pressão concentradora das forças produtivas internas ao país, a partir das zonas agropecuárias já integradas à economia nacional, notadamente de um polo situado na frontei

ra entre Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo e de um polo nordestino incluindo Maranhão, Piauí e Ceará. Ela é constituída por um duplo componente : uma frente camponesa de pequenos produtores que desenvolvem uma economia de excedente em base familiar e uma frente pecuarista de caráter predominantemente especulativo. A segunda que se estende da Serra do Carajás até ao foz do Tocantins, é constituída por um conjunto de grandes projetos de mineração, de produção de energia elétrica e de transformação de minério, com toda sua infra-estrutura de apoio. Embora sua efetivação seja mediada pelo Estado brasileiro com a colaboração do capital nacional, ele surgiu sob a pressão expansionista do capital internacional, e no contexto particular de uma aguda crise econômica mundial. Ele representa, na história da fronteira brasileira, um componente novo cujo impacto parece importante analisar.

O Vale do Tocantins oferece ainda, nesse segmento, a característica de ser o local de encontro, e, também, do confronto da dupla frente agropecuária e da "frente industrial" com a população primitiva da região, os índios Gaviões, Pucuruís e Parakanãs. A situação atual da região, pode, portanto, ser vista sob o ângulo da coexistência, de modo algum pacífica, e da articulação bastante conflitiva de formas de organização da vida social correspondentes a modos de produção diferentes. Com mais uma particularidade ainda : esse complexo encontro processa-se no lapso de tempo reduzidíssimo de apenas uma geração - reproduzindo como numa miniatura surrealista todo o processo de transformações (e de destruições) verificado no país ao longo de cinco séculos.

Uma representação ideológica genérica

Uma primeira observação dirá respeito ao contexto ideolô



gico-legitimador que envolve a penetração sucessiva dessas frentes e que pode ser resumido nas duas palavras com que Cassiano Ricardo (1942: 2º vol., 272) caracteriza a fronteira ou, na sua expressão erudita, o hinterland brasileiro: rico e deserto. Representa fato curioso, a recorrência, desde a época de Pedro Teixeira até a idade da Eletronorte, da representação bipolar da Amazônia "recursos naturais abundantes--vazio demográfico", como estímulo e fator de legitimação para todas as investidas de fora e todos os seus consequentes estragos ecológicos (físicos e humanos). Binômio interpretado nos mais diversos registros, do poético e lírico ao pragmático e racionalizante.

Em 1894, um engenheiro do Estado do Pará, descobria a região dentro dessa ótica : "Toda a margem direita do Rio Tocantins, desde abaixo da cachoeira do Itaboca (hoje Tucuruí -J.H.) até os limites do Estado do Maranhão, abrangendo uma área nunca inferior a 800 léguas quadradas, forma o país encantado onde habitam os Gaviões ... A margem direita é um deserto, de que ninguém se aproxima senão com receio e onde nada se vê ..." (Moura, I.B., 1910: 218). A imagem foi retomada numa nova forma, em 1970, quando foi aberta a Transamazônica com o propósito de oferecer "terra sem homens para homens sem terra". Ela é veiculada pelas sucessivas frentes : os camponeses explicam sua migração pela informação da existência de muita terra livre ; os fazendeiros foram motivados pela abundância quase ilimitada de terra sem donos e os madeireiros pelo conhecimento de imensas matas virgens. E hoje pode-se ler, em folheto informativo da Eletronorte (s.d. a:1) descrições desta natureza sobre a região de Tucuruí, onde a empresa instala sua usina hidrelétrica : "Essa região é a de menor nível de atividade econômica do Brasil, apresenta uma densidade demográfica muito baixa, 1,1 habitante /km<sup>2</sup> ... No entanto, é enorme seu



potencial..."

Mas a representação invariavelmente utilizada pelas sucessivas frentes não circunscreve seu alcance à função puramente legitimadora; ela envolve uma dimensão operativa, precisamente por ser ideológica, quer dizer reflexo e ao mesmo tempo componente mediador de um processo real. A representação, pois, medeia o confronto, contribuindo para que a realidade se ajuste ao substrato genético da imagem, quer dizer aos interesses de classes. Cada frente, pois, torna e faz abundantes - para -si os recursos da região, enquanto torna inégavel para todos o vazio. Assim, as duas primeiras correntes - a pecuária especulativa e a camponesa, por ela pressionada - esvaziaram literalmente a região de seus habitantes primordiais, tornando ipso facto superabundantes a terra e a mata, e efetivamente vazia a região. Os índios foram "reduzidos" para a reserva indígena de Mãe Maria. Há inclusive, gente que considera ainda hiperdimensionados em relação às suas necessidades, os trinta mil hectares concedidos em 1943 aos remanescentes dos três grupos gaviões dizimados. No mesmo movimento, a frente pecuarista se voltava contra a frente camponesa : limpou sistematicamente dos posseiros as terras que cobiçava e transformou todo um município ( Rondon do Pará) em latifúndios : terras, águas, matas abundantes; capim a perder de vista. E vazio de gente ... Vem a Eletronorte: cria massa diluvial de água e alaga duzentos mil hectares de mata; desaloja duas mil famílias e transfere duas reservas indígenas , a dos Pucuruís e a dos Parakanans, reduzindo efetivamente de 1,1 para zero, sem o menor constrangimento nem a mínima hesitação , a densidade populacional do que seria, no continente europeu, um principado ou um ducado. Ainda mais, - por imperativos de ordem técnica, presume-se - corta no meio por uma linha de transmissão, a "excessiva" reserva indígena de Mãe Maria,

enquanto a ferrovia de Carajás a São Luís a seccionava em outra parte.

Uma realidade heterogênea e antagônica

A sistemática recorrência dos clichês "rico e deserto", "exuberante e vazio" não deve, porém, ofuscar a heterogeneidade dos seus conteúdos históricos. Esta se fundamenta na diversidade dos modos de produção com os quais são associadas as frentes; cada um deles, pois, tem sua forma específica de apropriação dos recursos naturais e do fruto do trabalho humano. Será o tema de uma segunda observação.

Terra, água, mata, trabalho e produto deste são, para cada uma das formas sociais de produção, em confronto, realidades de conteúdo diferente e até antagônico. Terra, para o camponês, não é a mesma coisa do que terra para o fazendeiro; água para o Gavião não é a mesma coisa do que água para a Eletronorte; e trabalho é para cada um, coisa diferente. Por isso, esses recursos, não se podem repartir entre as frentes; sua apropriação é excludente. Os imigrantes camponeses dividem entre si a terra; chegam a ocupar toda uma área, atribuindo a cada família, espontânea e gratuitamente, os vinte e um alqueires - representam na Amazônia a terra de uso para uma família camponesa. Os fazendeiros também repartem a terra excedente, mas na base da compra e venda, pois fizeram dela uma mercadoria que se transaciona. Mas o fazendeiro não divide terra com camponês; arranca do camponês e grila a terra. E a Eletronorte tampouco divide, nem com camponês nem com fazendeiro; ela expropria e apropria para si a terra, com toda a autoridade do grande capital aliado ao Estado, mas não é para negociar, especular; é para valorizar seu capital pelo uso superintensivo e científico do solo, para gerar lucros através da produção. É para isso que ela, autori-



rariamente, expelle os camponeses de seus sítios de cem hectares, plantados de árvores frutíferas, amansados e humanizados por instalações comunitárias, e os transfere para lotes de cinquenta hectares em solos pedregosos e pobres, sem vias de penetração, sem água, sem equipamentos escolares e recreativos ; e ainda implanta nos lotes, sem indenização, uma linha de alta tensão com proibição de plantar num corredor de cento e cinquenta metros.

É evidente que essas formas de organização social não permanecem isoladas umas das outras, estanques. Elas interagem, e, em regra, as mais desenvolvidas tecnologicamente exercem sobre as menos desenvolvidas uma ação desintegradora e uma pressão desestruturante . As interações mercantis entre os Gaviões e os exportadores de castanha e entre eles e o comércio local transformaram os frutos da natureza em mercadoria e introduziram na produção da comunidade um ingrediente desintegrador de lucro, mas a despeito dessa pressão, a terra continua comunitária, não se tornando mercadoria (Arnaud, 1975:79). Para os camponeses, embora a terra persista fundamentalmente um meio de trabalho, ela já passou a ser ocasionalmente negociada, o que , ao contrário, sempre foi coisa pacífica para os fazendeiros.

Mas não é só em torno da terra e dos recursos naturais que se dá o antagonismo. É também, e principalmente, em torno do trabalho e da apropriação do seu produto. Por sua natureza, esse antagonismo é o mais fundamental, e isso deve explicar porque é nesse campo que a resistência às pressões de modos de produção dominantes é a mais forte. Tem sido ressaltada por Arnaud (1975:79) a transformação que levou à individualização do trabalho entre os Gaviões em virtude do seu ingresso na economia monetária mas verifica-se mais recentemente a volta dos índios para sua organização comunitária, reassumindo eles, após um



período de distanciamento, seus rituais tradicionais como forma de re-  
forçar sua coesão e afirmar sua identidade. Os camponeses resistem,  
e quando lutam desesperadamente pela terra, como na PA 150, não é por  
simples apego a uma mercadoria, nem talvez por puro apego à uma forma  
de produção baseada na propriedade privada da terra. Observa-se, inclu-  
sive, algo interessante: quando essa luta se torna mais árdua, geran-  
do os confrontos mais violentos, os camponeses voltam para o trabalho  
comunitário de mutirão ou de troca de dias, que a mercantilização da  
economia ia debilitando. É inegável que a pressão do capital nas suas  
diversas expressões - mercantil, especulativa e usurária, produtiva e  
financeira - expande a proletarização dos pequenos produtores; mas es-  
tes apenas se resignam de maneira generalizada à condição operária nas  
áreas onde essa pressão alcança seu paroxismo. Pode-se notar que são  
poucos, por exemplo, os lavradores locais que se empregam nas obras  
da barragem de Tucuruí; a maior parte dos peões da hidrelétrica proce-  
dem diretamente do Maranhão ou do Piauí, onde precisamente a pressão  
sobre os pequenos produtores é máxima. Há indícios de que o assalaria-  
mento na grande empresa capitalista seja a última alternativa adotada  
pelo camponês. As ocupações que não envolvem relações capitalistas, co-  
mo as atividades autônomas ou, a parceria e a associação, ou mesmo, o  
trabalho de empreitada, são as alternativas mais comuns. Foi possível  
constatar em uma outra pesquisa (Hébette e Acevedo, 1981) a grande  
frequência do trabalho autônomo como resposta à expulsão da lavoura;  
por exemplo: o pequeno comércio de feirante, ambulante ou taberneiro,  
a profissão de fotógrafo, o trabalho de pedreiro ou carpinteiro, a a-  
tividade de mecânico ou borracheiro. Um fenômeno interessante na re-  
gião é a verdadeira corrida sazonal para o garimpo, que contrasta com  
a inapetência para as grandes obras, mais próximas, da Camargo Corrêa.

ou da Capemi, e isso apesar da extrema dureza das condições de trabalho e de vida no garimpo. O garimpo, aliás, não atrai apenas garimpeiros mas também pequenos comerciantes e diversos intermediários que se instalam nas aglomerações próximas às minas. A resistência do camponês a sua integração ao mercado capitalista da força de trabalho, faz com que esse mercado seja localmente deficiente nos períodos de pico, contribuindo para reduzir a autonomia dos fazendeiros e outros empregadores na determinação do preço das diárias. Essa pressão sobre os salários neutraliza, inclusive, em parte, as vantagens que fazendeiros e madeiros esperavam da situação de fronteira e freia algumas de suas atividades.

O grande capital, entretanto, não pode prescindir de uma força de trabalho que lhe seja perfeitamente móvel, e, ao mesmo tempo, - fora o caso da mão-de-obra especializada -, barata. A barragem absorvia em 1981 um volume de aproximadamente trinta mil trabalhadores, brutalmente reduzido para metade, em fins de 1982, por conveniência do capital no auge da crise. A Capemi e suas empreiteiras chegaram a utilizar mais de cinco mil, antes de entrar em falência. Se, como está escrito num folheto da Eletronorte (s.d., a:26) "foi necessário atrair e manter os trabalhadores e técnicos experientes, através de benefícios extras, diretos e indiretos", os trabalhadores braçais não são atraídos: são empurrados. Assim, pode-se entender o sentido da intervenção do Estado tornando cada vez mais precária a situação do pequeno produtor e rebaixando o nível das condições de reprodução do campesinato.

A esse respeito, não podem mais se contar os casos em que o Estado, através de suas forças de repressão, da justiça, do INCRA e do GETAT, tem tomado o partido dos grileiros contra os posseiros. A ELETRONORTE tem demonstrado o maior descaso com relação aos desapropriados.



dos , negando-se a lhes restituir o equivalente às condições em que viviam anteriormente a sua expropriação, cedendo finalmente às reivindicações dos lavradores quando a resistência destes "ameaçava a tranquilidade pública". A violência maior, porém, contra os pequenos produtores foi a redução sistemática por parte do GETAT, do módulo de terra de cem para cinquenta hectares. Associada ao assentamento desses lavradores em áreas simplesmente desprezadas pelos fazendeiros, principalmente nos chamados "trechos secos", essa medida asfixia a médio prazo a pequena produção em moldes tecnológicos que lhe são próprios. O GETAT parece destinado a se tornar a FUNAI dos camponeses, órgão tutelar de posseiros encurralados numa reserva a margem dos latifúndios, como está-se renunciando ao longo da PA 150 . Tem-se criado desses posseiros uma imagem de desordeiros e de invasores que proporciona aos mais diversos setores do Estado argumentos para intervir no sentido de cercear a liberdade de reunião, organização e ação coletiva. A campanha eleitoral de 1982 viu unidos num mesmo esforço, representantes do PDS, do GETAT, da SUDAM, da ELETRONORTE, pressionando e ameaçando os camponeses ligados a associações profissionais, comissões de reivindicações e comunidades eclesiais. Tudo indica que, para o Estado , o interesse pelo campesinato é de natureza política e conjuntural e que seu apoio não vai além do momento em que este campesinato , deixa o papel conservador que lhe é atribuído no atual modelo político . Contraditoriamente, esse Estado multiplica, no campo econômico, as intervenções que geram situações conflitivas e estimulam a luta aberta . A quem então interessa a desestruturação desse campesinato ?

Aos latifundiários ? Com certeza. Mas a organização camponesa já tem demonstrado sua capacidade de resistência aos grileiros e reforçado, através de diversos sucessos, sua experiência de luta.



Não é provável que o latifúndio tradicional possa repetir indefinidamente suas façanhas do tipo verificado no Maranhão... E na medida em que o capital se instale na região, é bem possível que o Estado desista de apoiar como tem feito até agora, esse latifúndio.

Seria então a esse capital que interessaria desestruturar o campesinato ? Possivelmente... A ELETRONORTE e a Construtora Camargo Correa tem planos para instalar uma siderurgia em Tucuruí, no intuito coerente de aproveitar e valorizar os investimentos feitos e os equipamentos implantados com vistas à construção da barragem. A pressão sobre o campesinato, mediante a ação do Estado, seria uma estratégia para tornar móvel uma força de trabalho que teima em se prender à terra. Os folhetos da ELETRONORTE (s.d.b.) se referem também a "terras de excepcional vocação agrícola" e a grandes empreendimentos "nos setores de mineração, metalurgia, agropecuária e exploração florestal" (ELETRONORTE s.d.a.). Sabe-se, de fato, de grandes projetos agrícolas cogitados por grupos japoneses no Grande Carajás. É esse capital internacional que dispõe hoje do total apoio do Estado e portanto inspira, ou as vezes impõe, as multiformas intervenções desse Estado. Seria a vez desse capital criar na fronteira o vazio demográfico, negando à população camponesa a sua tão simples vocação agrícola para poder colher lucros pela exploração capitalista da "excepcional vocação" dessas abundantes terras ?

E se, no lastro da crise, o Capital deixar de se interessar por essas terras, como já aconteceu outrora com a Amazônia ? Ou se, para superar suas contradições, o capitalismo prosseguir em substituir homens na indústria pela automação e pela robotização, que fará o Estado com os novos proletários ?.

Na verdade, o caminho seguido nesta última década naquela região do Tocantins, não permite garantir que tenha havido uma

estabilização do campesinato. Permite afirmar, sim, que a mobilização campesina avançou mas, talvez, precise-se mais uns dez anos para verificar se, do confronto das frentes, nascerá essa estabilidade ou se ao contrário se assistirá à criação de um "caos patológico" (Velho, 1976: 240).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - ARNAUD, E., 1975. Os índios Gaviões do Oeste; pacificação e integração. Publicações avulsas, 28. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.
- 2 - ELETRONORTE s.d - a- Usina Hidrelétrica Tucuruí.  
\_\_\_\_\_ - b- Eletronorte. 100.000.000 kw
- 3 - HÉBETTE, J. e ACEVEDO, R.E., 1981. Mobilidade do trabalho e Fronteira Amazônica : a Belém-Brasília . in Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Anais. Segundo encontro nacional. Aguas de São Pedro, 1980. pp. 187-241.
- 4 - HÉBETTE, J. et alii, 1983. Área de fronteira em conflitos . O Leste do Médio Tocantins. (Relatório de pesquisa). Belém (mimeo).
- 5- MOURA, I.B., 1910. De Belém a S. João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins. H. Garnier, Rio de Janeiro.
- 6 - RICARDO, C., 1942. Marcha para o Oeste. 2 vols. 2a. ed. Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro.
- 7 - VELHO, O.G., 1972. Frente de expansão e estrutura agrária. Zahar, Rio de Janeiro.  
\_\_\_\_\_. 1976. Capitalismo autoritário e Campesinato. DIFEL, São Paulo.